

## Reenquadramento

# Vergonha: TRT e JF não pagam servidores

2014 inicia com duas Justiças em Santa Catarina, a do Trabalho e a Federal, devendo o retroativo do reenquadramento aos servidores. Justiça Eleitoral salda os débitos com os servidores, enquanto o TRT-SC e o TRF4 protelam o pagamento, não dão prazo para quitar os débitos e mais uma vez deixam as demandas dos servidores em segundo plano. Vergonha.

Na instância superior da JF, o TRF4, em Porto Alegre, a informação é a de que não há recursos e que a administração aguardará a suplementação orçamentária, por meio do Conselho da Justiça Federal (CJF). A justificativa é a mesma do ano passado. Essa falta de previsão mais uma vez atinge um direito dos servidores conquistado ainda em 2013, depois de muita pressão em Brasília.

No TRT, o setor de preparo de pagamento está fazendo os levantamentos de cálculos, e parte deles será apresentado à Administração ainda em janeiro. O Sindicato continuará pressionando para que o pagamento, que deveria ter sido feito em 2013,

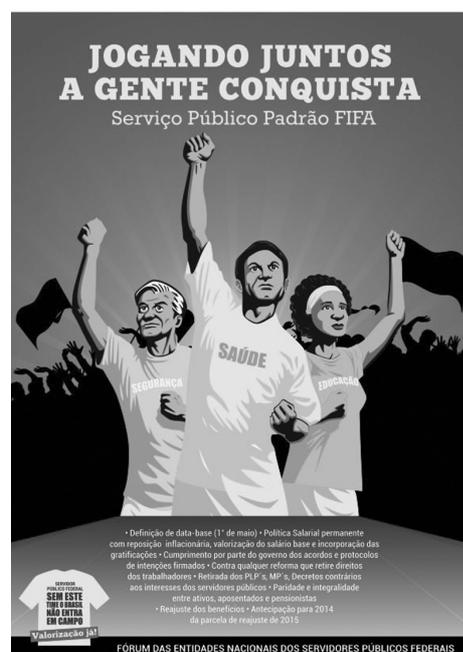
saia o mais rápido possível.

Além disso, o SINTRAJUSC também pleiteia administrativamente, nas três justiças, o reconhecimento da correção do reenquadramento dos servidores que já se encontram no topo de carreira, de modo a assegurar uma vantagem pessoal equivalente ao prejuízo remuneratório sofrido.

Uma boa notícia, por outro lado, é que neste janeiro o salário dos servidores do Judiciário irá aumentar, considerando o novo percentual da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), que será de 75,2% do valor do vencimento-base. O aumento do percentual foi resultado da Greve feita em 2012. Depois de insistir em aumento zero, o governo Dilma recuou e chegou ao percentual de 15,8%, dividido em três parcelas (2013, 2014 e 2015). Agora é a vez da segunda parcela.

### Campanha Salarial

Ainda em janeiro, no dia 22, será lançada nos estados a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federa-



### Confira o calendário de atividades para o início do ano

**22/01** - lançamento, nos estados, da campanha salarial dos servidores públicos federais 2014

**05/02** - lançamento nacional da campanha salarial dos servidores públicos federais 2014, com marcha sobre Brasília

**07/02** - Reunião Ampliada do Fórum Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais

**08/02** - Reunião Ampliada da Fenajufe, em Brasília

**ENQUANTO ISSO...** Barbosinha assina portaria e magistrados do STF começam o ano com aumento de cerca de R\$ 1,4 mil nos salários...

rais 2014. Em Plenária realizada no mês de dezembro, com a participação da Fenajufe, as entidades nacionais e os delegados e observadores discutiram: 1) a mudança da conjuntura, principalmente a partir das mobilizações de junho; 2) a necessidade de implementar a campanha e seu calendário nos estados e nacionalmente; 3) a construção da Greve, caso não sejamos atendidos em nossa pauta; 4) a luta contra a criminalização dos movimentos, como no caso da tentativa do governo e do Congresso Nacional de acabar com o Direito de Greve; 5) e demais elementos fundamen-

tais para fortalecer as lutas necessárias em 2014.

### **SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS INDICAM AS SEGUINTE PROPOSTAS:**

1-Ratificar o calendário da campanha salarial 2014 dos SPFs e sua pauta de reivindicações, com centralidade na reposição inflacionária e revisão geral anual com data-base; 2-Apoiar, convocar e participar das atividades do Fórum dos Servidores Públicos Federais; 3-Realizar uma campanha nacional contra o Funpresp, o fundo privado de previdência;

4-Apoiar e participar da Campanha contra a criminalização da pobreza e das lutas;

5-Indicar uma reunião ampliada/plenária para fevereiro/março;

6-Preparar materiais com a pauta dos trabalhadores e dos movimentos populares para enfrentar o governo Dilma;

7-Elaborar relatórios e dossiês sobre a precarização e a terceirização no serviço público e seus desdobramentos: falta de políticas públicas para a sociedade e de condições de trabalho dignas para os trabalhadores do serviço público. *Com informações da Fenajufe*

## **Plano de Carreira volta ao debate: agora sai**

A Fenajufe fez em dezembro reunião preparatória para a instalação do GT (Grupo de Trabalho) de Carreira, previsto para acontecer nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2014.

A reunião também criou uma comissão composta por quatro membros da diretoria executiva da Fenajufe, que deverá elaborar uma proposta de Regimento Interno que será discutida na

próxima reunião do GTN (Grupo de Trabalho Nacional). Esta proposta deverá ser enviada aos sindicatos até o dia 31 de janeiro de 2014, para que possam receber contribuições antes de sua aprovação, que acontecerá durante a reunião de instalação do grupo de trabalho.

Foi reafirmado o caráter consultivo e não deliberativo do GTN, que vai tra-

balhar a partir do acúmulo de discussão anterior e com as propostas que virão dos GTRs (Grupos de Trabalhos Regionais, organizados pelos sindicatos).

Após a conclusão do trabalho do GTN, este será submetido a uma instância deliberativa da Fenajufe. Também será definido um calendário com as etapas a serem cumpridas.

## **Isonomia dos chefes de cartório eleitorais: a luta agora é no Congresso**

Depois de muita pressão da Fenajufe, sindicatos e servidores de todo o Brasil, o TSE encaminhou à Câmara dos Deputados, no dia 20 de dezembro, o projeto de lei que trata da isonomia entre chefes de cartório das capitais e do interior, da função comissionada para assistente de cartório e cria mais cargos para as zonas eleitorais criadas após a lei 10.842/04. A proposta tramita como PL 7027/2013.

O Conselho Nacional de Jus-

tiça (CNJ) havia aprovado, em 17 de dezembro, o processo administrativo que resultou no projeto. Isso depois da insistência dos servidores que, ouvidos pela relatora, conselheira Maria Cristina Peduzzi, conseguiram a inclusão, a votação e a aprovação da matéria.

Logo após a aprovação pelo CNJ, a Fenajufe encaminhou ofício ao presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, para que enviasse imediatamente o projeto ao Congresso Nacional. A iniciativa

deveu-se à resistência do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, de levar a proposta às sessões do CNJ, órgão também presidido por ele.

A antiga reivindicação integra a pauta emergencial entregue aos tribunais superiores e deverá seguir sendo parte da campanha salarial conjunta que está sendo construída para 2014, a ser lançada com atos nos estados, no dia 22 de janeiro, e marcha a Brasília, no dia 5 de fevereiro.

**Facebook: Sintrajusc**

**Twitter: @sintrajusc**